



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº810

Feito : Processo Nº864/91-TCE/ACRE

Relator: Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA

Assunto: Convênio firmado entre a Secretaria de Planejamento - SEPLAN e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais "APAE/ACRE". Prestação de Contas.

CONVÊNIO Nº003/91-SEPLAN. Prestação de Contas - considerados regulares , com ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº864/91, acima indicado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por maioria, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste aresto, para **considerar regular, com ressalvas**, o Convênio, em exame e as despesas dele decorrentes, arquivando-se os autos. Vencido, o Conselheiro José Eugênio de Leão Braga, que **considerou regular** o Convênio e **irregular** sua execução e as despesas dele decorrentes. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro, Vice-Presidente e Corregedor.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 16 de setembro de 1994.

Cons. ISNAID BASTOS BARBOSA LETTE
Presidente do TCE/ACRE

Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA
Relator

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

1994

Processo nº 1234-1994

Relatório nº 1234-1994

Assunto: Contas de Despesa em nome do Estado do Acre

Em 06 de Maio de 1994, o Tribunal de Contas do Estado do Acre, em sessão pública, deliberou sobre o relatório nº 1234-1994, em conformidade com o art. 10, inciso I, da Lei nº 1.234, de 1994.

Relatório nº 1234-1994

Assunto: Contas de Despesa em nome do Estado do Acre

Em 06 de Maio de 1994, o Tribunal de Contas do Estado do Acre, em sessão pública, deliberou sobre o relatório nº 1234-1994, em conformidade com o art. 10, inciso I, da Lei nº 1.234, de 1994.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 6382
de 06 / 19 / 1994
<i>Arile</i>
Secretaria do Pleno

Relatório nº 1234-1994

Assunto: Contas de Despesa em nome do Estado do Acre

Em 06 de Maio de 1994, o Tribunal de Contas do Estado do Acre, em sessão pública, deliberou sobre o relatório nº 1234-1994, em conformidade com o art. 10, inciso I, da Lei nº 1.234, de 1994.

Relatório nº 1234-1994

Assunto: Contas de Despesa em nome do Estado do Acre

Em 06 de Maio de 1994, o Tribunal de Contas do Estado do Acre, em sessão pública, deliberou sobre o relatório nº 1234-1994, em conformidade com o art. 10, inciso I, da Lei nº 1.234, de 1994.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 864/91

RELATOR : CONS. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

ASSUNTO : Convênio firmado entre a Secretaria de Planejamento -SEPLAN e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE/AC. PRESTAÇÃO DE CONTAS.

RELATÓRIO:

O Convênio celebrado entre a SEPLAN e a APAE que tem como objeto a construção da sede própria da APAE, no valor de Cr\$ 12.000.000,00 (Doze milhões de cruzeiros) em 04 (quatro) parcelas iguais, foi analisado pela 1ª IGCE, que apresentou Relatório de fls. 38/45, onde constatou diversas irregularidades, tais como:

- I - falta de publicação do Extrato no D.O.E.;
- II - descumprimento das cláusulas Terceira e Quinta do Convênio (desembolso);
- III- falta de data no atesto das Notas Fiscais;
- IV - o contrato de empreitada foi lavrado pela contratada;
- V - início da obra anterior ao Convênio;
- VI - conflitantes os valores atribuídos à obra.

Opinou no Processo o Ministério Público Especial, à fl. 48, pelo seu Procurador-Chefe Dr. Fernando de Oliveira Conde.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 13 de setembro de 1994.


José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
(PROCESSO: 864/91)

CONCLUSÃO E VOTO:


As irregularidades apontadas no Relatório Técnico de fls. 38/45 hoje já não ensejam mais a nulidade do Convênio porque, na verdade, se constitui em ato consumado aquele que no momento é irretratável por ter produzido todos os seus efeitos e lhe faltar no momento o objeto.

É de conhecimento de toda sociedade como é difícil a manutenção da APAE, o que nos autoriza acreditar não ter havido fraude e, conseqüentemente, prejuízos para o erário estadual.

Diante do exposto e comungando com a opinião do Ministério Público Especial e o exame procedido pelo Relator, VOTO considerando Regular com Ressalvas o Convênio e as despesas dele decorrentes; após, pelo arquivamento.

É como VOTO.

Rio Branco-AC, 13 de setembro de 1994.


José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator